

# **JUVENTUDE E PENSAMENTO CONSERVADOR NO BRASIL. A CONSTITUIÇÃO DE UMA “VANGUARDA BRASILEIRA” EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1961-1970)**

Katya Mitsuko Zuquim **Braghini** – PUC-SP

Agência Financiadora: FAPESP

## **Resumo**

Este trabalho apresenta a imagem de juventude nos anos 1960 e 1970 construída a partir dos artigos publicados na Revista da Editora do Brasil, um *clipping* educacional. Por se apresentar notadamente favorável ao governo autoritário este periódico pode ser considerado uma contra-face da juventude que, à época se manifestava contrária ao fechamento do regime. Organizou-se um projeto de juventude buscando o sujeito mais conveniente aos projetos de país. A pesquisa indicou uma aversão à rebeldia e à mobilização estudantil; um medo generalizado pela tomada de espaços e ritos dos adultos pelos jovens; a desqualificação do ensino bacharelesco, formador de elites condutoras como caminho político; um plano de “saneamento” e idealização do jovem que seria apropriado, muito mais como modelo para seus pares desmobilizados, do que para o ajustamento daqueles que se manifestavam de formas “inadequadas”. Foram considerados como documentos os relatórios governamentais, leis, artigos de outros veículos de comunicação, comunicados de órgãos variados, censos educacionais etc.

**Palavras-chave:** juventude, movimento estudantil, ditadura militar.

# **JUVENTUDE E PENSAMENTO CONSERVADOR NO BRASIL. A CONSTITUIÇÃO DE UMA “VANGUARDA BRASILEIRA” EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1961-1970)**

## **Introdução**

O trabalho interessa-se por apresentar as representações de juventude apreendidas em um periódico educacional de alta circulação na época apontada, claramente falando, durante o período de cerco e golpe do governo de João Goulart e os anos subsequentes da ditadura civil-militar no Brasil.

Estudou-se a imagem que foi construída sobre a juventude nos anos 1960 e 1970, a partir dos artigos produzidos e publicados na Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA). Este interesse surgiu, em primeiro lugar, porque esse periódico educacional se apresentou notadamente favorável ao governo autoritário instituído em 1964.

Foi observado que tal periódico agia como um *clipping* de notícias. Filtrava-se o conteúdo produzido por outros veículos de comunicação em massa, tais como os jornais O Estado de S.Paulo (OESP); O Estado de Minas (OEM); a Folha de S.Paulo (FSP); o Correio da Manhã, o Diário de Notícias, O Globo, entre outros. Esses jornais, estudados em paralelo à produção da editora se posicionavam contra as manifestações estudantis de rua. Deixavam evidente o apoio aos militares; criaram plataforma políticas em torno da “purificação dos jovens brasileiros”, de modo que se evitasse o aumento de manifestações contrárias ao regime político estabelecido.

Levando em consideração que, à época, o que se chamou “juventude” se mobilizou por meio de uma variada gama de manifestações em vários locais do mundo, tornou-se interessante tentar compreender como foi edificada uma ideia de juventude em uma revista educacional e outras fontes que não escondiam a sua condição de ser favorável ao Estado autoritário militar. Tomava posição de ataque a quaisquer movimentos sociais contestadores à ordem política, assumindo uma atitude abertamente conservadora.

Diante dos manifestos juvenis nos anos 1960-1970, um “projeto de juventude” foi organizado nos discursos conglomerado, possivelmente buscando um ideal de juventude que fosse mais “adequado” ao ajustamento do que os jovens mobilizados. O período demarcado na pesquisa compreende de 1961, ano em que são publicados os primeiros artigos sobre os jovens estudantes em na revista, a 1980, ano em que se percebeu um decréscimo de conteúdo sobre a juventude, talvez coincidindo com a abertura política que se iniciava no país.

O estímulo para a confecção desse trabalho aconteceu diante dos estudos de Sarlo (2007) sobre a construção de uma historiografia sobre o período de ditadura militar na Argentina. Sarlo (2007) apontou uma preocupação em torno das fontes documentais como elemento fundamental para a identificação de traços significativos na história da ditadura militar, no caso, argentina, a partir da necessidade de criação de um sistema de hipóteses em que fossem captadas as contradições sociais. Para isso, pedia por pesquisas que buscassem pela variação documental. Essa ideia deu ênfase à curiosidade em torno dos registros de grupos partidários ao governo militar e avessos às

grandes mobilizações juvenis; claramente posicionados como parceiro do governo instituído com o golpe de 1964.

Reforçou ainda mais o interesse nesse empreendimento a constatação de que há uma “falta” de estudos históricos sobre as representações da juventude no Brasil, como é o caso deste estudo e de estudos históricos sobre a juventude em geral.

Hilsdorf e Peres (2009) analisaram os estudos históricos sobre a juventude entre 1999-2006. Segundo esse levantamento, há uma concentração de estudos sobre a década de 1960-1970, dando ênfase aos aspetos ligados ao movimento estudantil. O foco dos trabalhos está centralizado na atuação política dos estudantes contra o autoritarismo militar, desconsiderando tanto o aspecto “estudantil” do movimento, quanto à existência de grupos juvenis que se posicionassem a favor do governo militar. Além disso, as pesquisadoras apontam para um bloco de análises que formaliza uma imagem monolítica dos estudantes, como se todos eles fossem rebeldes e militantes, desconsiderando a existência de um contingente juvenil que não se manifestava nas ruas ou, simplesmente, se comportava de outras maneiras.

Sanfelice (2008) nos adverte sobre a escrita da história que tem em vista somente o recorte da União Nacional dos Estudantes (UNE). De acordo com o autor isso é como “contar uma parte da história”, ainda que seja uma parte importante dela. O autor deixa claro que nem todos os estudantes universitários dos anos 1960 participaram do movimento estudantil e que nem todos reconheciam a UNE como sua representante.

Dos levantamentos bibliográficos surgiram três imagens que abriram a possibilidade de empreendimento deste trabalho. Uma, que percebeu um foco muito centralizado na atuação política dos estudantes contra o autoritarismo militar, desconsiderando o aspecto “estudantil” do movimento. A segunda, que constituiu uma imagem monolítica destes jovens como se todos eles fossem rebeldes e ativistas, desconsiderando a observação de uma população que não se manifestava ou que demonstrava a sua mobilização de outra forma. A terceira, que desconsiderava todas as histórias sobre a juventude que não fossem referentes às manifestações políticas dos estudantes.

O aprofundamento teórico e metodológico se deu por três frentes de trabalho, imprescindíveis para o entendimento do tema. O estudo introdutório sobre a imprensa (revista e jornais) foi feito a partir do roteiro que está implícito no texto de Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (1996), quando estes analisaram a revista *L'Education Nationale*. Os autores pautaram-se pelo posicionamento do “lugar da fala” dos

responsáveis pelo periódico: a apresentação de suas posições políticas e educacionais; suas crenças; parceiros; seus suportes de produção, transmissão de ideias; como entra na arena dos discursos o tema de análise etc..

Da mesma forma foi necessário fazer um estudo sobre o pensamento conservador, para, finalmente, especificar como esse corpo documental apresentava a juventude no período da ditadura militar.

O pensamento conservador foi pensado em torno da questão do “ativamento” dos conservadores diante das manifestações juvenis. O “ativamento” do grupo conservador foi objeto de discussão de Carvalho (2005), Hirschman (1997), Bobbio (1987), Mayer (1977).

Todos esses pesquisadores consideram que, na visão conservadora, enquanto a história está desprovida de inquietações, há uma estabilidade estacionária entre os agentes da conservação. Como disse Bobbio (1987), o conservadorismo só se pode explicar com base na história, tido em conta a sua relação com o seu alternativo histórico (Bobbio, 1987, p. 243). A análise de registros teóricos e a atuação de grupos que se reconheçam como conservadores é mais bem interpretada a partir de sua reação a conjunturas históricas específicas e que tal “reação” depende da entrada de forças consideradas perturbadoras.

Compreender o funcionamento das forças de conservação é importante no momento em que elas são atingidas em pontos de reação. Neste caso, os pontos de reação foram abordados com a anunciação de manifestações juvenis políticas de vários matizes naquele momento. O periódico e o grupo a ele fundido, por intermédio de seus editores, era uma colagem de ideias conservadoras ao estilo da “tese de perversidade” e a “tese do risco”, apresentadas por Hirschman (1997, p. 16). Isto é, divulgavam que todo movimento social que buscasse uma alteração brusca das características da sociedade, não podia ser levado a sério, porque, desta forma, corria-se o risco de se perder todas as conquistas já programadas e feitas de forma paulatina.

Diante do conteúdo exposto, foram as seguintes questões que nortearam o trabalho: Se diante agitações estudantis do início da década de 1960, os artigos de lançaram os jovens estudantes à condição de diferentes, “alarmistas”, “iludidos” e “desprevenidos”, como se manifestaram diante de estudantes que resistiram à ditadura após o Golpe? Eram rebeldes apenas os estudantes? Como esses editores e os colaboradores traduziram o os manifestos juvenis, além dos estudantis? Como foram observados os jovens não engajados politicamente? Quais eram as manifestações

juvenis que deveriam ser valorizadas? Portanto, qual foi a ideia de juventude que esses sujeitos, notoriamente conservadores, criaram pelas páginas do periódico educacional?

Diante da reação aos movimentos juvenis, os grupos apontados como conservadores no trabalho apresentariam um planejamento considerado por eles mais coerente e harmonioso para a juventude brasileira, pensando-a como peça fundamental para o desenvolvimento do “Brasil Grande”.

### **A posição conservadora do clipping educacional: editora e jornais**

A Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA) militava abertamente em nome da escola particular, posicionou-se como anticomunista e partidária à intervenção do exército no governo. Foi inteiramente favorável ao Golpe Militar de 1964, chamado de “Revolução”. Nas páginas da *Revista*, era manifestada a indignação diante da “desordem pública”, fato este que os editores simplesmente abominavam. Registrava-se como editora que contribuía para o engrandecimento do Estado e o bem-estar social da sua gente, “marchando paralela ao Governo” (EBSA, 1972, pp. 1-8).<sup>1</sup>

Em 1971, quando a imprensa sofria forte censura, a editora orgulhavam-se de não ter tido seus escritos bloqueados. Isso é um indicativo de que suas ideias não entravam em choque com a ordem instituída ao ponto de passarem por uma censura. Mais do que isso, seus editores enalteciam o senso de organização dos militares e a rápida condução do país ao desenvolvimento (EBSA, 1971, pp. 1-6). A *Revista* se proclamava “imparcial”. Em outras palavras, os responsáveis assumiam a posição de quem se pretende influenciar os outros: a de neutralidade e fidelidade aos “fatos”.

Os seus editores e os colaboradores publicados no periódico apresentavam imperativos de argumentação julgando que, à época, era muito arriscado pensar em mudanças sociais, acreditando que tais modificações poderiam perverter as conquistas já definidas. As mobilizações políticas excessivas serviam apenas para evidenciar o baixo caráter daqueles que promoviam inquietações na paz estacionária.

Para reforçar essas posições articulavam-se conteúdos que circulavam na imprensa periódica diária que pensava da mesma forma, se pronunciando através de

---

<sup>1</sup> A *Revista EBSA* era uma publicação mensal da Editora do Brasil. Foi lançada em 1947, quatro anos após a fundação da própria Editora, e desativada nos anos 1990. Tratava-se de um periódico educacional que foi intitulado “documentário de ensino”. Em novembro de 1947, os editores pensaram a publicação como uma espécie de caderno de informações educacionais para os profissionais de ensino de todos os segmentos, mas, especialmente, voltada para o Ensino Médio brasileiro e era tida como porta-voz dos editores (EBSA 1957, p.1-4).

editoriais, reportagens, articulação intelectual feita por Gustavo Corção; Daniel Rops; Nelson Rodrigues e diversos outros autores, às vezes autores didáticos; às vezes membros de facções da Igreja Católica; outras tantas, por sujeitos de entidades civis e militares.

No conjunto geral, editora e jornais agiam como autores em sintonia e sincronizados, tendo por propósito desestabilizar a atuação de jovens que atuavam politicamente em resistência aos militares e demarcando uma tipologia de juventude: trabalhadora, estudiosa, um grupo de espera pelos desígnios da maturidade e que não agem como adultos “precoces”.

Pronunciavam-se como uma “elite do bem”, gente que não tinha intenções outras senão aquelas que pensavam o bem do Brasil.

### **Duas faces da juventude nos anos 1960: “subversivos” e “democráticos”**

A primeira grande perturbação com os estudantes ditos “subversivos” era o fato de eles se posicionarem contra o movimento em torno do “desenvolvimento do Brasil”. Estudantes subversivos desaceleravam a marcha para o crescimento econômico no país. As considerações publicadas também se voltaram aos aspectos educacionais, o que deu luz aos seus significados implícitos a partir da atuação dos sujeitos na escola. O que sustentava a ideia de subversão, em primeiro lugar, eram ações tidas como inconvenientes e que desestabilizavam a rotina das pessoas.

Os ataques ao movimento estudantil tiveram três grandes focos. Primeiro, tinha-se em mente o tempo de preparação de um sujeito político. Isto é, um sujeito *verdadeiramente* político necessitava de um tempo de maturação, não nascia de forma espontânea em movimentos de rua. Depois, criticavam-se os estudantes que desrespeitavam as posições de domínio dos mais velhos dentro das instituições de ensino, fazendo púlpito político, piquetes, em horário de aulas. Por fim, atacavam-se os jovens militantes que não percebiam o quão precoce era a sua ação política, já que, um político verdadeiro fazia carreira na escola e, preferivelmente, tinha um diploma do ensino superior.

Mercenários; gatuno, patife; politiqueiros, demagogos; sem escrúpulos; torpes; desonestos, assafadados; maliciosos, mascarados, corruptos, mercenários; sub-reptícios, “lobos em pele de cordeiros”; tristes, feios, foram adjetivos usados para apontar o mesmo tipo de estudantes em diversos jornais brasileiros do período.

A principal agressão para com os estudantes mobilizados ficou concentrada em uma suposta precocidade dos jovens em participar da política sem ter um devido preparo, feito à época, convencionalmente, por vias escolarizadas. A ideia de boa preparação política estava vinculada ao tempo de permanência do estudante nos bancos escolares e, mais ainda, ao tipo de ensino que ele recebia em sua trajetória, que deveria estar centrado, preferencialmente, no ensino secundário, depois, no ensino universitário. Fazer política era uma prática social de sujeitos adultos que tinham passado pelo processo de escolarização seriada, de preferência completa, e não estava aberta a todos.

No entanto, parte dos estudantes nos anos 1960 opinava sobre os critérios que demarcavam a posição dos sujeitos de autoridade e transformavam tribunas improvisadas em postos de comando político, o que aguçou a raiva dos discursos da imprensa.

Segundo a proposta juvenil, era possível se destacar como sujeito político sem a necessidade de permanência nos bancos acadêmicos nem da ajuda dos mais velhos. Isso significa dizer que tais estudantes, brincavam com a ideia de que as “personalidades condutoras” seriam apenas aquelas que empunhavam uma titulação de nível superior. Tratava-se da ideia de formação de uma elite condutora que levasse a massa governada por “imitação”. As “individualidades condutoras” eram a apresentação de homens maiores que, formados pela escolarização serial, processual, de elite e patriótica davam poder a esses sujeitos para assumirem as maiores responsabilidades na condução do país. (DECRETO-LEI n. 4.244 - de 9 de abril de 1942). Portanto, a contrariedade dos jovens e a sua suposta precocidade política parecia apontar um distúrbio no sistema escolar do tipo clássico, que tinha exato objetivo de produzir a elite política brasileira. O potencial estudantil para agremiação feita a partir de incursões extraescolares era odiado, porque era vistos como pouco aprofundados.

Os estudantes renegavam a juventude como sendo um período de espera para a vida adulta. A vontade de ser guerrilheiro e lutar pela revolução socialista no Brasil apareciam como alternativas de trajetória de vida e, nos artigos, eram configurações esdrúxulas ou atos desviantes de vida.

Em contrapartida, dentro do plano de saneamento dessa juventude rebelde foi apresentado outro grupo que se mostrava pouco à vontade com o governo de João Goulart; ficava incomodado com as manifestações estudantis de rua; eram compreendidos como uma boa juventude que se comprometia com o trabalho e com os

estudos. Eles também atuavam politicamente, mas não seguiam os mesmos caminhos dos seus semelhantes “revoltados”.

### **A “vanguarda brasileira”: Um grupo juvenil modelar diante de diversas juventudes**

Diferentes ondas de antagonismo juvenil foram observadas em vinte anos de análise, com a participação de atores variados, demonstrando que o caráter das mobilizações não era estanque, unívoco, não se encerrava no manifesto estudantil e, muito menos exclusivamente, no ideário político. Foi característico da juventude, na construção da sua experiência, apresentar outras e novas dimensões humanas de vida, que podia, ou não, colidir com forma de organização social proposta pela geração precedente.

Foi observado que os artigos da revista atacavam os estudantes de esquerda que se mobilizaram em favor de melhores condições de ensino. Posteriormente, o ataque foi voltado para os estudantes que se organizaram em resistência ao golpe militar de 1964. Simultaneamente à contrariedade expressada aos movimentos estudantis, também foram apresentadas “alternativas” para o comportamento e a atuação de jovens. Essas alternativas celebravam o dinamismo juvenil, mas, julgavam que o jovem era uma categoria etária dependente das gerações mais velhas, e que diante dessa dependência, havia a necessidade de autorização dos adultos para que se desse cabo a determinados atos.

Mais tarde, os jovens observados a partir de 1968 e, mais precisamente, nos anos 1970, foram mudando de aspecto. Julgava-se que o grupo estudantil, do período de 1968, era mais acionado e mais propenso a atos que, ainda que corajosos, eram tidos como ilegítimos. Percebeu-se que o grupo estudantil advindo da escola após 1968 era mais arredios e tinha convicções advindas de teorias marxistas e outras consideradas fora do cânone aceitável, tal como Marcuse, Freud, Mao Tsé-Tung etc., fossem elas lidas de forma aprofundadas ou não.

Já na década de 1970, as discussões circulavam em torno dos jovens despreocupados e sem motivação para o estudo, dentro das escolas, jovens de classe média que passaram a fumar maconha e o desdobramento do movimento estudantil de 1977. Em duas décadas, foi possível apreender que as considerações feitas sobre a



juventude foram se modificando e que, portanto, a condição de juventude não se encerrava nas manifestações estudantis de rua.

Os ataques ao movimento estudantil, estudantes “maus”, tiveram três grandes focos. O primeiro tipo de agressão foi concentrado em uma suposta “precocidade” dos estudantes em participarem da política sem um devido preparo. Para os artigos havia um tempo certo para que tal manifestação ocorresse. A ideia de que os jovens estudantes agiam de forma precoce já que eles opinavam sobre os critérios que demarcavam a posição dos sujeitos de autoridade nas universidades nos remeteu aos problemas relacionados às tomadas de espaços cerimoniais de determinados postos de autoridade dentro das instituições de ensino. Da parte dos registros ficou estampada uma raiva porque os estudantes repudiavam uma herança educacional simbólica e material vinda dos mais velhos.

E a raiva dos autores passou a ser condicionada pelas seguintes características juvenis: a) os jovens instituíram uma cultura autofágica em que eram tanto estimuladores de tendências da moda, da literatura, temas da imprensa; quanto consumidores dos produtos produzidos por essas mesmas tendências; b) os meios de comunicação passaram a privilegiar os jovens: eles eram um dos seus temas preferenciais exatamente porque cometiam atos que repercutiam nos veículos de comunicação. Os jovens pareciam ter identificado uma forma de se autoproduzirem usando as técnicas dadas em seu tempo. Por isso, os jovens tinham os “sentidos comercializados” e até Cristo tinha se transformado no “jovem salvador”.<sup>2</sup>

Pensando que as experiências da juventude também dependem das relações sociais que demarcam a sua preparação para a vida adulta, foram percebidos três movimentos nos discursos, cujos temas, ao longo dos artigos se complementaram. Os artigos passaram a julgar que os atos estudantis considerados inapropriados eram uma perda de tempo e de dinheiro. Portanto, jogaram luz para a condição prática da vida do estudante: transitória, voltada para a rotina de estudo, de preparação para a vida, preferencialmente para o trabalho.

Ao se depararem com os estudantes rebeldes, os artigos passaram a julgá-los seres utópicos que necessitavam de uma depuração. Foi constatado que os jovens se inspiravam em jovens; que eles também buscavam inspiração para os seus atos em livros; por meio do contato com professores; entre os colegas; e, por fim, também nas

---

<sup>2</sup> Publicado em EBSA (1968, p. 59) com conteúdo transcrito de o *Jornal da Tarde*, São Paulo, 03/10/1968.

páginas dos magazines e jornais. Foi apresentado um plano que progressivamente cercava de vigilância os estudantes e os “veículos” de onde surgiam as suas inspirações.

O jovem, visto como um receptáculo de experiências dadas na escola mediante um processo evolutivo teria os seus hábitos acelerados, voltados para o benefício do Brasil. Essa foi uma das justificativas para a necessidade da disciplina de EMC nas escolas: imprimir uma rotina cívica. O civismo proposto aos jovens era a condensação da ideia de “espírito da nação”, ou seja, uma concepção grandiosa em que o Estado e a Família estavam unidos por laços espirituais. Espírito dado ao jovem como uma nova herança da qual a escola seria a guardiã. A partir dos atos estudantis de “esquerda” foi proposto uma readequação dos potenciais estudantis, transformados no equivalente puro daquilo que essa categoria já fazia como movimento político e estudantil. Todas as boas qualidades observadas nos estudantes foram lançadas para uma juventude prestativa e boa; idealizada e globalizante.

Ao cooptar uma parcela da juventude para trabalhos práticos, com vistas ao serviço social assistencialista, foi possível criar uma retórica cuja carga ideológica, ao circular pela opinião pública, buscava desmoralizar o movimento estudantil politicamente engajado nas universidades. O plano de desmobilização de um tipo de juventude passou pelo enaltecimento da atuação de outra parcela juvenil, que muitas vezes, pudemos ver, respondeu positivamente. Portanto, o projeto de juventude pura apresentado não tinha somente o interesse em desmobilizar os estudantes engajados, mas, antes, mobilizar favoravelmente a maioria silenciosa e englobar todos os jovens na condição de seres bons e puros.

Por fim, esse grupo, apontado como “conservadores”, diante da sua relação com as diversas manifestações juvenis de seu tempo, julgavam que a juventude brasileira era numerosa e bastante dinâmica. Por conta disso, bastava depurar os jovens sobre o qual recaía a égide de fazer parte da *boa* juventude. Como esse grupo se manifestava como uma elite intelectual, sobre o qual recaía o peso do projeto de um novo Brasil, julgava que, sendo para o bem, valia a pena apresentar um plano para a juventude.

Foi apresentada uma representação de juventude forte e atuante, que podia voltar os seus esforços, seu potencial e o seu poder, para causas que valessem à pena: para o bem do país, para a possibilidade de um futuro individual promissor, para que fosse refreada a “precocidade” daqueles que se julgavam adultos antes de sê-lo.

Foi válido pensar à custa de que foi mantida essa ética de uma “elite de bem”? Pois foi interessante avaliar os interesses de quem pregava “fazer o bem”. Ao final, todo

esse empreendimento colaborou para transformar em fraco aquele jovem, estudante ou não, tornado nos discursos um infrator das leis. Ao infrator, “caso de polícia”, restou ser vigiado, detido, preso, exilado...

### **Referências Bibliográficas**

BOBBIO, Norberto, MANTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB/Imprensa Oficial de São Paulo., 1992. (cf. verbetes: *conservadorismo*, pp. 242-246; *reação*, pp. 1073-1074).

CARVALHO, Maria Bernardete de Oliveira. Ser conservador. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 50, jul/2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/050/50ccarvalho.htm> Acesso em 20/12/2008.

CHARTIER, Anne-Marie, HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura (1880 – 1980)**. Tradução: Osvaldo Bialto e Sérgio Bath. São Paulo, Editora Ática, 1998.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo e PERES, Fernando Antonio. 2009. Estudos históricos sobre juventude: estado da arte. In: Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 2, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, pp. 213-231.

HIRSCHMAN, Albert O. 1997. **O Pensamento Conservador: perversidade, futilidade e risco**. Algés: Difel – Difusão Editorial.

MAYER, Arno. **A força da tradição**. A persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica da contra-revolução na Europa (1870-1956)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SARLO, Beatriz. **Tempos Passados: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SPÓSITO, Marília Pontes (coord.). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**, volume 2, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.